ANEXO V

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO CJF N.

O Conselho da Justiça Federal – CJF, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.508.903/0001-88, com sede no SCES - Setor de Clubes Esportivos Sul - Trecho 3 - Polo 8 - Lote 9, CEP: 70200-003, Brasília/DF, representado por seu Secretário-Geral, _____, brasileira, inscrito no Cadastro de Pessoas sob o n. _____, portadora da Cédula de Identidade n. _____, expedida pela SSP_____, residente e domiciliada nesta Capital, **CREDENCIA**, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com fundamento na Lei n. 14.133/2021 e no Decreto Federal n. 11.878/2024 ..... (nome/razão social e nome fantasia, se houver), ... (nacionalidade), inscrito no ..... (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CPNJ ou Cadastro de Pessoas Físicas) sob o n. ..... (número), portador da Cédula de Identidade n. ..... (número do documento), expedida pela ..... (órgão emissor), residente e domiciliado .....(endereço), para prestação do(s) serviço(s) de tradução, versão ou revisão abaixo identificado(s), conforme as condições estabelecidas no edital de credenciamento e no requerimento apresentado ao CJF, o qual o credenciado declara conhecer e acatar.

Tradução	Língua estrangeira para português: ( ) sim ( ) não	Se sim, listar os idiomas estrangeiros:
Versão	Português para língua estrangeira: ( ) sim ( ) não	Se sim, listar os idiomas estrangeiros:
	Língua estrangeira para outra língua estrangeira: ( ) sim ( ) não	Se sim, listar os pares de idioma:
Revisão	( ) sim ( ) não	Se sim, listar os idiomas:

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Juiz Federal xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

SIGNATÁRIO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, ..., (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF/MF sob o n. ....., residente e domiciliado à ....., doravante denominado COMPROMISSÁRIO;

OU, ALTERNATIVAMENTE:

Eu, ..., inscrito(a) no CPF/MF sob n. ....., na qualidade de representante legal da pessoa jurídica ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n. ....., com sede à ....., doravante denominada COMPROMISSÁRIA;

Firmo o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, perante o CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 00.508.903/0001-88, doravante denominado simplesmente CJF, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a obrigação do COMPROMISSÁRIO(A) de manter absoluto sigilo sobre toda e qualquer informação confidencial e/ou dado pessoal a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de tradução, versão, revisão ou quaisquer outros relacionados, prestados ao CJF.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Para efeitos deste Termo, entende-se por:

I – Informações Confidenciais: quaisquer dados, documentos, materiais, especificações técnicas, informações administrativas, jurídicas ou operacionais, de caráter reservado, a que o COMPROMISSÁRIO(A) venha a ter acesso em razão da execução dos serviços;

II – Dados Pessoais: informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, nos termos do art. 5º, I, da Lei n. 13.709/2018 (LGPD);

III – Dados Pessoais Sensíveis: dados que revelem origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dados referentes à saúde, vida sexual, genéticos ou biométricos, nos termos do art. 5º, II, da LGPD.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

O COMPROMISSÁRIO(A) obriga-se a:

1. Utilizar as informações confidenciais e os dados pessoais exclusivamente para a execução dos serviços contratados;

2. Não copiar, reproduzir, divulgar, repassar ou compartilhar, por qualquer meio físico ou eletrônico, as informações confidenciais, salvo mediante autorização expressa e por escrito do CJF;

3. Não se apropriar, sob qualquer forma, de materiais confidenciais ou sigilosos;

4. Adotar todas as medidas necessárias para impedir o acesso não autorizado de terceiros;

5. Comunicar imediatamente ao CJF qualquer incidente de segurança, suspeita de violação de confidencialidade ou acesso indevido às informações;

6. Observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n. 13.709/2018), a Portaria CJF n. 53, de 22 de janeiro de 2025, e demais normativos aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A obrigação de confidencialidade e sigilo aqui assumida: terá início na data da assinatura deste Termo; permanecerá em vigor enquanto persistir a natureza sigilosa ou pessoal das informações e subsistirá mesmo após o término do contrato, prestação do serviço ou vínculo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA DEVOLUÇÃO OU ELIMINAÇÃO

Encerrada a relação contratual, o COMPROMISSÁRIO(A) compromete-se a:

1. Devolver ao CJF todos os documentos, materiais e informações a que tiver acesso, ou, se determinado, eliminá-los de forma segura e irreversível;

2. Não reter cópias, físicas ou digitais, sem autorização expressa do CJF.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

O descumprimento das obrigações previstas neste Termo sujeitará o COMPROMISSÁRIO(A) à:

1. responsabilização administrativa, civil e penal, conforme a legislação aplicável;

2. imediata rescisão contratual, sem prejuízo de indenizações cabíveis;

4. responsabilidade solidária, no caso de pessoa jurídica, por atos praticados por seus sócios, administradores, empregados ou prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA IRREVOGABILIDADE

O presente Termo tem caráter irrevogável e irretratável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo.

(cidade), ... de ..... de 20....

_____
Nome e CPF do(a) Compromissário(a)

_____
Nome, Cargo e Representação Legal (quando aplicável, em caso de PJ)

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gomes França Nogueira**, **Diretor(a) - Centro de Cooperação Jurídica Internacional**, em 20/02/2026, às 18:12, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Costa Cavalcante Neto**, **Chefe - Seção de Apoio ao Planejamento das Contratações**, em 20/02/2026, às 18:14, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0826251** e o código CRC **A2923F7B**.